

XXIV CONGRESSO NACIONAL DA JUVENTUDE SOCIAL DEMOCRATA

Proposta Política Setorial



REDE DE ENSINO SUPERIOR **O CASO DA BEIRA INTERIOR**

Subscritores:

Comissão Política Distrital da Guarda
Comissão Política Distrital de Castelo Branco



Ganhar dimensão/escala para melhores resultados

A rede de Ensino Superior (ES) português é já um tema amplamente explorado e sem conceitos inovadores a apresentar. Esta matéria tem sido alvo de inúmeros debates e propostas, quer no seio do meio estudantil, quer no âmbito científico e académico, quer ao nível político-partidário. Em boa verdade, há décadas que ouvimos referências a esta reforma, que, muito embora tenha conhecido alguns avanços no último Governo PSD/CDS-PP, não tem alcançado os desenvolvimentos e necessários, fruto da falta de coragem e vontade dos principais intervenientes para que se pense na melhoria do serviço público prestado pelas respetivas entidades, em vez da preocupação única e exclusiva com a instituição que cada qual procura defender.

A apresentação desta proposta política sectorial, por parte das Comissões Políticas Distritais da Guarda e de Castelo Branco da JSD, não procura tornar-se uma moção global sobre a reformulação da rede universitária, mas sim uma proposta clara e incisiva sobre um caso concreto, transparecendo a preocupação com a competitividade das Instituições do Ensino Superior (IES) do Interior do país. É, por esta razão, nosso entendimento que, apesar de se tratar de um tema de âmbito nacional, deve ser analisado, na prática, mediante cada circunstância e cada caso concreto. Neste sentido, acreditamos ser imperioso sublinhar a situação verificada na IES que se circunscrevem à área da Beira Interior, podendo esta proposta configurar-se como um exemplo para a JSD em futuras propostas políticas em matéria de Ensino Superior.

Nos distritos da Guarda e Castelo Branco – em particular, nos concelhos da Guarda, Covilhã e Castelo Branco, que se situam num raio de aproximadamente 100km – encontram-se três instituições de ensino superior: a Universidade da Beira Interior (UBI), o Instituto Politécnico da Guarda (IPG) e o Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB). O impacto social e económico que estas instituições têm para a região é inegável, tanto ao nível de captação de investimento, fixação de jovens e conhecimento, como no aumento do consumo, na criação de emprego e na interligação ao meio empresarial. Todavia, a falta de uma efetiva a cooperação e visão estratégica comum tem contribuído para o declínio de alguns indicadores. Ora vejamos:

O IPCB passou de 4.671 alunos, em 2009, para 3.546, em 2015. Já o IPG, por sua vez, sofreu uma queda de 3.117 para 2.630 alunos em igual período. Apenas a UBI conseguiu aumentar os alunos matriculados neste período de tempo, tendo, em 2015, o número de alunos ultrapassado o número de vagas a concurso – em grande parte, graças a alunos estrangeiros. No entanto, se atendermos a uma visão macro destes dois distritos, verificamos que as três instituições juntas sofreram decréscimos graves na “densidade estudantil”.

O mesmo acontece no que toca ao financiamento estatal. O financiamento da UBI para 2016 situa-se em 21.796.835€, quase dois milhões a menos do que o que foi proposto pela instituição ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, não tendo sido cumpridos os direitos prometidos. Mais, o Ministro Manuel Heitor deixou cair a fórmula de financiamento do anterior Governo, passando esta a basear-se no historial das instituições. Por conseguinte, a UBI receberá um montante menor devido ao seu historial, embora esteja em contraciclo com o resto do país: tem crescido e aumentado o número de alunos, como vimos. Da mesma forma, o IPCB terá problemas ao nível do défice, porque dispõe de um orçamento de 14.5 milhões de euros, menos 1 milhão e 300 mil euros do que o ano transato (recorde-se que, em 2010, o IPCB recebeu 21 milhões). Por seu turno, o Presidente do IPG afirmou sentir-se também “ofendido” e “insultado” com o atual Governo, suspendendo a sua participação nos organismos e entidades governamentais para as quais foi convidado, em protesto contra a penalização orçamental ao instituto que lidera.

Estes dados já foram discutidos e devem ser a maior fonte de preocupação de quem coordena estas IES. Contudo, nunca serviram para criar entendimentos entre as mesmas e os intervenientes políticos presentes na região. Aliás, se analisarmos alguns exemplos da oferta formativa existente nas três IES, percebemos facilmente a sobreposição de cursos lecionados. Por exemplo:

Biotecnologia (UBI e IPCB); Ciências Biomédicas (UBI e IPCB); Contabilidade (IPCB e IPG); Design de Moda (UBI e IPCB); Desporto (UBI, IPCB e IPG); Educação Básica (IPCB e IPG); Enfermagem (IPCB e IPG); Engenharia Civil (UBI, IPCB e IPG); Engenharia Informática (UBI, IPCB e IPG); e Gestão (UBI e IPG).

Em boa verdade, estas três instituições competem entre si mesmas, ao invés de cooperarem no sentido de um aumento de escala e de marcarem efetivamente o mapa nacional no que toca à oferta formativa. Esta situação torna-se particularmente preocupante quando estes são dois distritos onde os constrangimentos inerentes à coesão do território se sentem de forma bastante dolorosa.

Sabemos que o Ensino Superior em Portugal cresceu através de uma competitividade desmedida entre as instituições, fomentada por um modelo de financiamento desajustado da realidade, onde se deixou de perceber, a certa altura, qual é a distinção entre ensino politécnico e universitário. Qualquer que seja a solução, é inevitável que o ponto de partida passe por perceber que não podem existir, num raio de cem quilómetros, as mesmas ofertas formativas repetidas três vezes; que as instituições não podem continuar reféns delas próprias, abanado a bandeira da autonomia universitária quando na verdade o problema baseia-se no medo da perda de poder e de financiamento. Este não é um diagnóstico válido apenas para este caso – pelo contrário – mas é particularmente explícito nestas duas regiões. Como dissemos, cada caso é um caso, e haverá certamente diferentes metodologias para o tratamento de cada problema, garantindo um aumento de escala em termos de qualidade e de competitividade. Aliás, os primeiros passos foram já dados, através do estímulo à criação de consórcios entre instituições do anterior Governo, havendo já um exemplo, entre a Universidade do Porto (UP), Minho (UM) e Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD).

A título de exemplo, porque devemos ter três cursos de Desporto num raio de 100km, se podemos ter um único consórcio que se configure como uma das melhores ofertas formativas do país nesta matéria? Só desta forma o valor do Interior pode ser reforçado, captando os melhores e tornando-se uma referência em termos de qualidade educativa. Sendo a Educação e a Ciência o motor do desenvolvimento e da evolução humana, as IES devem também elas configurar-se como a porta de entrada para evolução num mundo cada vez mais global, demonstrando abertura face à necessidade de partilhar e de unir sinergias, por forma a conseguirem ser competitivas tanto nacional como internacionalmente. Conseguiram-se alcançar alguns avanços quanto à promoção das IES da Beira Interior, através de uma medida de discriminação positiva: o Programa +Superior. No entanto, o agora «Governo das Esquerdas» atrasa-se no pagamento das bolsas, com as quais, à semelhança do que tem vindo a fazer com outras medidas do anterior Governo, tenciona terminar.

No que aos nossos distritos toca, consideramos que urge empreender uma solução entre a Universidade da Beira Interior (UBI) e os Institutos Politécnicos de Castelo Branco (IPCB) e Guarda (IPG), que permita um ganho de escala do ensino superior destas regiões, permitindo que estas sejam mais competitivas em termos de qualidade da sua oferta e na captação de estudantes, sem colocar em causa a importância que estes polos têm nas cidades da Guarda, Covilhã e Castelo Branco.

Esta proposta deve assentar numa visão estratégica para a região, promovendo a partilha de recursos, a definição de metas comuns e a garantia da qualidade, bem como na uma oferta formativa estruturada e dimensionada, para que as replicações de ciclos de estudos não se continuem a verificar.

Além disto, estamos crenes que o caminho deve passar pela criação de polos especializados nas diferentes áreas, à semelhança do que já aconteceu entre outras Universidades e Politécnicos. A elaboração deste acordo permitirá desenvolver um plano de melhoria do desempenho e da racionalização interna através da partilha de recursos entre as Instituições, capacitando-as de uma partilha positiva tanto ao nível de recursos humanos como ao nível de materiais educativos entre as três instituições.

Estamos profundamente convictos que esta estratégia permitirá alavancar o ensino superior nestas regiões, dotando-as de mais recursos e terminando com a competição “interna” que se verifica, podendo assim estes distritos estarem em pé de igualdade com as demais regiões do país em matéria de ensino superior.

Por fim, este ganho de dimensão poderá também traduzir-se numa melhor dotação de financiamento público, uma vez que o acordo/fusão destas Instituições permitirá obter melhores resultados formativos.

Por conseguinte, as Comissões Políticas Distritais da Guarda e Castelo Branco da JSD vêm, através desta proposta política sectorial, recomendar ao XXIV Congresso Nacional da JSD que:

1. Exija que se retomem imediatamente os trabalhos, por parte do Governos e das IES, nomeadamente através do CRUP e do CCISP, sobre a reestruturação da rede de ensino superior;
2. Que a JSD estude e apresente proposta política ao Governo, no sentido de exigir uma maior cooperação entre a UBI, IPCB e IPG. Esta poderá ter por base:

- a. A criação de um consórcio entre as três instituições;
- b. A criação de incentivos com o objetivo de promover a fusão destas três IES numa só instituição, mantendo sempre os três polos atualmente existentes, bem como a oferta universitária e politécnica;

Subscritores:

Comissão Política Distrital da Guarda

Comissão Política Distrital de Castelo Branco